

MOROCÓ PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Quotistas e Administradores
MOROCÓ PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Morocó Participações e Comércio S.A.**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Morocó Participações e Comércio S.A.**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 9, a Companhia e suas controladas mantém transações com partes relacionadas em valores relevantes e com condições específicas definidas entre si. Conseqüentemente, o resultado de suas operações pode ser diferente daquele que seria obtido de transações efetuadas em condições de mercado ou com terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras individuais comparativas de 31 de dezembro de 2019

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós que emitimos relatório, sem ressalvas, em 24 de abril de 2020.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 16 de março de 2021.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 0018.835/O-7-T-SP

MOROCCO PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019		
ATIVOS										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.131	1.048	10.387	4.499	13	367	317	6.191	5.012
Contas a receber de clientes	5	6.592	5.617	62.576	67.577	14	51.751	9.459	52.983	11.178
Imóveis a comercializar	6	1.574	1.574	7.135	5.560	16	384	280	1.444	1.290
Ativo biológico	8	-	-	1.030	370	17	416	247	524	400
Adiantamentos diversos	5	626	1.126	2.576	3.854	16	90	90	716	630
Impostos a recuperar		891	881	1.256	1.232	19	13	13	1.904	2.766
Outros Créditos		1.291	902	5.224	2.127	17	2.678	2.352	9.648	9.066
Total dos ativos circulantes		<u>14.105</u>	<u>11.148</u>	<u>90.134</u>	<u>85.219</u>		<u>55.699</u>	<u>12.758</u>	<u>73.410</u>	<u>30.342</u>
NÃO CIRCULANTES										
Adiantamento aquisição terreno	5	4.367	4.601	1.881	1.881	14	22.371	94.309	23.971	96.208
Contas a receber de clientes	5	-	-	32.920	46.610	15	-	-	2.375	2.375
Outros Créditos	5	399	399	16.844	-	16	-	-	27.418	27.418
Depósitos judiciais e ativos contingentes	18	820	820	2.125	2.821	19	310	310	2.229	2.232
Imóveis a comercializar	6	820	820	820	820	9	50.556	15.846	136	135
Imóveis disponíveis para venda	7	-	-	1.578	1.552	10	9.226	13.629	12.195	4.354
Créditos com partes relacionadas	9	51.742	74.529	20.138	18.311	18	3.956	8.545	66.227	61.077
Investimentos	10	81.814	37.119	13.872	12.443				134.551	193.799
Propriedades para investimento	11	38.034	38.034	73.982	73.813	20	20.174	20.174	20.174	20.174
Imobilizado	12	1.401	1.450	4.235	3.378		30.432	2.579	30.432	2.579
Intangível		42	50	42	50		50.606	22.753	50.606	22.753
Total dos ativos não circulantes		<u>178.619</u>	<u>157.002</u>	<u>168.437</u>	<u>161.672</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>4</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>192.724</u>	<u>168.150</u>	<u>258.571</u>	<u>246.898</u>		<u>50.606</u>	<u>22.753</u>	<u>50.610</u>	<u>22.757</u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
CIRCULANTE										
Fornecedores		-	-	-	-		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-		-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		-	-	-	-		-	-	-	-
Provisões sociais		-	-	-	-		-	-	-	-
Adiantamento de clientes		-	-	-	-		-	-	-	-
Impostos e contribuições de recolhimento diferidos		-	-	-	-		-	-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-	-		-	-	-	-
Total dos passivos circulantes		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
NÃO CIRCULANTE										
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-		-	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de imóveis		-	-	-	-		-	-	-	-
Adiantamento de clientes		-	-	-	-		-	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos		-	-	-	-		-	-	-	-
Obrigações com partes relacionadas		-	-	-	-		-	-	-	-
Passivo a descoberto em controladas		-	-	-	-		-	-	-	-
Provisão para riscos		-	-	-	-		-	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>192.724</u>	<u>168.150</u>	<u>258.571</u>	<u>246.898</u>		<u>192.724</u>	<u>168.150</u>	<u>258.571</u>	<u>246.898</u>
Capital social		-	-	-	-		-	-	-	-
Lucros acumulados		-	-	-	-		-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		<u>192.724</u>	<u>168.150</u>	<u>258.571</u>	<u>246.898</u>		<u>192.724</u>	<u>168.150</u>	<u>258.571</u>	<u>246.898</u>
Participação de não controladores		-	-	-	-		-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		<u>192.724</u>	<u>168.150</u>	<u>258.571</u>	<u>246.898</u>		<u>192.724</u>	<u>168.150</u>	<u>258.571</u>	<u>246.898</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOROCÓ PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	21	7.107	6.304	66.855	78.713
CUSTOS	22	(175)	(57)	(9.052)	(38.071)
LUCRO BRUTO		6.932	6.247	57.803	40.642
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(7.558)	(3.061)	(21.638)	(28.626)
Despesas comerciais	22	(186)	(99)	(2.256)	(2.889)
Despesas tributárias	22	(474)	(893)	(1.550)	(2.064)
Ganho processo - trânsito em julgado	5	-	-	16.844	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.679	(3.120)	820	(2.889)
Equivalência patrimonial	10	52.157	(9.613)	(954)	(9.163)
(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		52.550	(10.539)	49.069	(4.989)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	106	227	11.117	1.062
Despesas financeiras	23	(7.186)	(10.073)	(10.504)	(13.479)
		(7.080)	(9.846)	613	(12.417)
(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		45.470	(20.385)	49.682	(17.406)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	24	(912)	(620)	(5.517)	(3.954)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	24	-	175	393	528
RESULTADO DO EXERCÍCIO		44.558	(20.830)	44.558	(20.832)
(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:					
Proprietários da controladora				44.558	(20.830)
Participação de não controladores				-	(2)
Prejuízo por Ação		2,21	(1,03)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOROCÓ PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos proprietários da controladora	Patrimônio líquido dos não controladores	Patrimônio líquido total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018		20.174	-	26.102	46.276	6	46.282
Resultado do exercício		-		(20.830)	(20.830)	(2)	(20.832)
Distribuição de lucros	20.3	-		(2.693)	(2.693)		(2.693)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019		20.174	-	2.579	22.753	4	22.757
Resultado do exercício		-		44.558	44.558	-	44.558
Distribuição de lucros	20.3	-		(16.705)	(16.705)	-	(16.705)
Constituição de reserva legal			2.228	(2.228)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020		20.174	2.228	28.204	50.606	4	50.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOROCÓ PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício	44.558	(20.830)	44.558	(20.832)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(52.157)	9.613	954	9.163
Depreciações e amortizações	91	248	271	962
Provisão para riscos	(4.589)	(4.774)	5.150	13.180
Impostos de recolhimento diferido	-	(383)	(862)	(1.152)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(741)	(50)	18.741	(6.636)
Imoveis a comercializar	-	208	(1.575)	34.573
Imoveis disponíveis para venda	-	-	(26)	-
Ativo biológico	-	-	(660)	25
Impostos a recuperar	(10)	(8)	(24)	(57)
Depósitos judiciais e ativos contingentes	-	56	696	75
Outros créditos	(389)	67	(19.941)	(3.787)
Adiantamentos diversos	500	(308)	1.278	4.336
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	50	(145)	1.179	1.597
Impostos, taxas e contribuições a recolher	104	(686)	154	(897)
Adiantamento de clientes	-	-	86	519
Provisões sociais	169	(72)	124	(125)
Outras contas a pagar	320	636	579	(1.124)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(12.094)</u>	<u>(16.428)</u>	<u>50.682</u>	<u>29.820</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aporte e adiantamento para futuro aumento de capital de controladas	2	-	3.195	-
Transferência de afac em partes relacionadas	-	45.550	-	12.177
Partes relacionadas	22.787	(25.648)	(1.827)	(16.763)
Aquisição/baixa de bens do ativo imobilizado e de itens do intangível	(34)	(11)	(1.119)	240
Propriedades para investimento	-	(223)	(169)	(242)
Dividendos recebidos de controladas	3.063	-	2.262	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>25.818</u>	<u>19.668</u>	<u>2.342</u>	<u>(4.588)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Variação líquida de empréstimos e financiamentos	(29.646)	(15.732)	(30.432)	(26.328)
Partes relacionadas	34.710	15.835	1	(677)
Dividendos distribuídos	(16.705)	(2.693)	(16.705)	(2.693)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(11.641)</u>	<u>(2.590)</u>	<u>(47.136)</u>	<u>(29.698)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.083</u>	<u>650</u>	<u>5.888</u>	<u>(4.466)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	1.048	398	4.499	8.965
No fim do exercício	3.131	1.048	10.387	4.499
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>2.083</u>	<u>650</u>	<u>5.888</u>	<u>(4.466)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOROCÓ PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Morocó Participações e Comércio S.A. ("Companhia") foi constituída em 1.984, com sede no Município de São Paulo e Estado de São Paulo, e tem por objeto social a participação em outras sociedades controladas, como sócia-cotista.

1.1. Efeitos da COVID-19 nestas demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras não têm impactos relevantes relacionadas a pandemia.

A Sociedade vem acompanhando os efeitos da pandemia no Brasil e no mundo, orientando os colaboradores, adotando procedimentos preventivos quanto ao relacionamento com terceiros, viagens e reuniões, bem como, os efeitos no nosso mercado de atuação e elaborando estratégias para manutenção adequada dos negócios.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado a aquele manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/ n.º 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15), no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada - "*Percentage of Completion* - POC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para a emissão em 29 de janeiro de 2021.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. O controle sobre essas empresas é

obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e a capacidade de auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das empresas controladas descritas na Nota Explicativa nº 10.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Na consolidação são eliminados os investimentos nas controladas, assim como os saldos a receber e a pagar e as receitas, as despesas e os lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas, destacando-se a parcela de participação dos acionistas não controladores em controladas.

2.4. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária.

A participação societária é demonstrada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as práticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas e coligadas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável, como a diferença entre o valor recuperável da investida e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.5. Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão apresentadas na moeda funcional da controladora, ou seja, em reais (R\$).

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos em conta-corrente e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.7. Contas a receber de clientes de incorporação e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

Os créditos a receber de clientes (circulante e não circulante), apresentados como contas a receber, são provenientes das vendas de unidades dos empreendimentos residenciais e comerciais, sendo o valor do saldo dos contratos atualizado monetariamente em conformidade com as respectivas cláusulas de reajuste e

descontado a valor presente quando os efeitos forem materiais. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessárias, são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração, levando em conta os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

2.8. Contas a receber de venda de produtos e perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

Registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base em análise individual dos valores a receber.

2.9. Imóveis a comercializar

Representados pelo custo de aquisição dos terrenos, acrescidos dos custos de construção, encargos financeiros e outros gastos relacionados ao processo de desenvolvimento dos empreendimentos em construção ou concluídos, cujas unidades não foram comercializadas.

2.10. Estoques

Avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização. Os demais estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou formação, não excedendo o valor de mercado e/ou de reposição.

2.11. Ativos biológicos

Correspondem a plantação de soja e de milho. Os ativos biológicos consumíveis (ativo circulante) são mensurados ao valor justo, deduzido dos custos estimados de venda. Os ativos biológicos de produção (ativo não circulante) são mensurados ao custo, deduzido da depreciação e perda por valor recuperável, quando aplicável.

2.12. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável ("impairment") acumulada, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. A depreciação é reconhecida no resultado tendo como base o método de depreciação linear, para todos os itens do ativo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

2.13. Propriedades para investimento

As Propriedades para Investimento estão representadas por terra mantida pelo proprietário para valorização de capital, e não para:

- i. utilização na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou por propósitos administrativos; ou
- ii. venda no curso normal dos negócios.

No reconhecimento inicial, a Sociedade avalia a propriedade para investimento pelo seu custo. O custo de propriedade para investimento comprada abrange seu preço de compra e quaisquer custos diretamente imputáveis, tais como honorários legais e de corretagem, tributos de transmissão imobiliária e outros custos de transação. A propriedade para investimento, estão avaliadas a custo, sendo divulgado o respectivo valor justo.

2.14. Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Sociedade determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Os ativos biológicos e propriedades para investimento que a Sociedade possui foram mensurados com base no nível 2.

2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas nas datas dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Nas empresas tributadas pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10%, e 9% respectivamente, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Adicionalmente, como também facultado pela legislação tributária, certas controladas efetuaram a opção irrevogável pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 3,34% sobre as receitas brutas (6% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS sobre as receitas). Em 19 de julho de 2013, a Lei nº 12.844 revisou as alíquotas do RET, passando a vigorar as alíquotas de 1,92% para imposto de renda e contribuição social e 2,08% para COFINS e PIS.

Parte substancial dos ativos relativos aos empreendimentos da Companhia está inserida em estruturas de segregação patrimonial da incorporação, como facultado pela Lei nº 10.931/04.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e societário ("Percentage of Completion - POC").

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente se for provável que lucro tributável futuro esteja disponível, quando aplicável, e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados.

2.16. Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis

a) Unidades concluídas e terrenos

Nas vendas a prazo de unidade concluída e de terrenos, o resultado é apropriado no momento em que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.

Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.

b) Unidades em construção

Para as vendas de unidades não concluídas a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias e satisfação de obrigação de desempenho obedecem o entendimento da administração da Companhia, conforme estabelecido pelo Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 de dezembro de 2018, o qual disciplina a aplicação do Pronunciamento Técnico NBC TG 47 (IFRS 15) às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras.

De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

O modelo de negócios da Companhia é predominantemente baseado em contratos de compra e venda de imóveis com "saldo devedor da unidade imobiliária financiamento por banco privado, após concluído o projeto de construção". Neste modelo a incorporadora financia o mutuário durante a fase de construção do projeto, através de recursos próprios e/ou obtenção financiamento (SFH) junto a instituições financeiras. Em regra, projetos de construção de unidades imobiliárias voltadas a pessoas de média e alta renda. Com a assinatura do contrato, o mutuário se compromete a pagar durante a fase de construção até 30% do valor da unidade imobiliária diretamente à incorporadora, que suporta todo o risco de crédito durante a fase de construção. Findo fisicamente o projeto, o mutuário precisa quitar o saldo devedor com recursos próprios (incluindo a utilização do saldo do FGTS) e/ou obter junto a uma instituição financeira - IF o financiamento necessário para pagar o saldo devedor junto à incorporadora, que gira em torno de 70% do valor da unidade imobiliária (a unidade imobiliária concluída é então dada em garantia por meio de alienação fiduciária à IF). O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuência da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forcejam o distrato).

Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue:

- Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado com base nos seguintes critérios:
 - (i) As receitas de vendas são apropriadas ao resultado à medida que a construção avança, uma vez que a transferência do controle ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de "POC", "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada empreendimento. O método POC é feito utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratadas. O custo orçado total dos empreendimentos é estimado inicialmente quando do lançamento destes e revisado regularmente; eventuais ajustes identificados nesta estimativa com base nas referidas revisões são refletidos nos resultados da Companhia. Os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações das unidades vendidas são apropriados ao resultado quando incorridos.

- (ii) As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos.
- Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber.
- Os juros e os ajustes a valor presente são apropriados ao resultado. Os juros são apropriados no resultado na rubrica de receita de incorporação imobiliária, no período pré-chaves, e na rubrica de receitas financeiras, no período pós-chaves, observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento.
- As receitas de unidades imobiliárias permutadas são registradas conforme evolução da obra até a entrega das unidades concluídas, de acordo com os contratos.

Caso sejam identificadas incertezas quanto a entrada de fluxos de caixa para a Companhia, são aplicados processos contábeis de estimativas de mensuração denominadas "provisões para distratos". A necessidade dessas provisões estão vinculadas aos critérios de reconhecimento de receita POC, conforme supracitado, dessa forma é realizado análise da confiabilidade do fluxo de caixa gerados a partir desse reconhecimento, conforme previsto pelo IFRS 15.

2.17. Ajuste a valor presente de contas a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Companhia, por meio de suas controladas, ajustou os saldos de contas a receber a prazo de unidades não concluídas a valor presente.

2.18. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, em especial, os imóveis destinados à venda, o imobilizado e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testado anualmente independentemente de haver indicadores de perda de seu valor recuperável.

2.19. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo custo de captação no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos obtidos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), deduzidos dos custos de captação com base nas variações monetárias e cambiais, quando aplicável.

2.20. Outros ativos e passivos - circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como

resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Os outros ativos e passivos são acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

2.21. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:

- a) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável.
- b) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos no caso de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias.

2.22. Provisões

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É constituída para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o passivo e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A provisão é revisada e ajustada para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.23. Provisão para garantias

São fornecidas garantias limitadas pelo período de até cinco anos, cobrindo defeitos estruturais nos empreendimentos imobiliários comercializados. A garantia pela execução dos serviços (responsabilidades e custos) é de responsabilidade da construtora contratada para a construção dos empreendimentos. Estima-se que não ocorrerão desembolsos por parte da Companhia além dos que se encontram registrados atualmente.

2.24. Instrumentos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

Como a Sociedade efetua o gerenciamento dos riscos de instrumentos financeiros estão detalhados na Nota Explicativa nº 25.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas demonstrações contábeis, que envolvem risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são demonstradas a seguir:

a) Custos orçados

Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são periodicamente revisados, conforme a evolução das obras, e os ajustes identificados com base nessa revisão são refletidos nos resultados da Companhia e suas controladas.

b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para vender o ativo.

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e distrato, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

A perda estimada com créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não recebera todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A avaliação é realizada individualmente.

d) Ativos biológicos

Os ativos biológicos consumíveis (ativo circulante) são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

e) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nestas premissas, poderiam exigir ajustes

futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de revisões por parte das autoridades fiscais. O valor destas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de revisões fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

f) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	809	89	845	89
Aplicações financeiras (*)	<u>2.322</u>	<u>958</u>	<u>9.542</u>	<u>4.410</u>
Total	<u><u>3.131</u></u>	<u><u>1.048</u></u>	<u><u>10.387</u></u>	<u><u>4.499</u></u>

(*) Referem-se a aplicações financeiras em fundo de investimento, com remuneração média entre 80% e 100% do CDI, com vencimentos inferiores a 90 dias, com possibilidade de resgate imediato e direito de exigir a recompra a qualquer momento.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cientes por incorporação de imóveis	14.956	14.215	69.992	64.219
Arrendamento de terras e aluguéis	-	-	24.337	36.498
Venda de terrenos/imóveis	-	-	4.482	10.000
Venda de produtos agrícolas	-	-	4.481	8.803
(-) Provisão para distrato	-	-	(3.851)	(1.336)
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(3.997)	(3.997)	(3.997)	(3.997)
Total	10.959	10.218	95.446	114.187
Circulante	6.592	5.617	62.526	67.577
Não circulante	4.367	4.601	32.920	46.610
Demais contas a receber				
Adiantamento a fornecedores	521	589	540	1.546
Adiantamentos diversos	105	537	2.036	2.308
Total outras contas	626	1.126	2.576	3.854
Não circulante				
Créditos decisão judicial trânsito em julgado (a)	-	-	16.844	-
Adiantamento aquisição terreno	-	-	1.881	1.881
Total não circulante	-	-	18.725	1.881
Total de clientes	10.959	10.218	95.446	114.187
Total de demais contas	626	1.126	21.301	5.735
Total	11.585	11.344	116.747	119.922

- (a) Refere-se a ação nº 786-61.2004.811.0086 trata-se de cumprimento da sentença proferida nos autos da liquidação de sentença retirada da ação reivindicatória que pleiteava a devolução de terra de aproximadamente 1.046,01 ha. Nesta última ação, a sentença julgou procedente os pedidos, condenando os réus à devolução da área, além do pagamento de custas e despesas processuais. Após interposição de outros vários recursos, a sentença transitou em julgado, dando-se início à liquidação de sentença por arbitramento.

Após a liquidação por arbitramento, o cumprimento de sentença foi iniciado pelo valor de R\$ 1.901, e valor atualizado pelo INPC R\$ 16.844.

Os assessores jurídicos classificaram a chance de êxito como provável, pois se trata de processo em fase de execução, sem qualquer possibilidade de reversão do julgamento.

Seguem os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	10.959	10.218	95.434	112.021
Vencidos:	<u>3.997</u>	<u>3.997</u>	<u>7.860</u>	<u>7.499</u>
Até 30 dias	-	-	1.899	1.812
Entre 31 e 60 dias	-	-	300	326
Entre 61 e 90 dias	-	-	18	28
Acima de 90 dias	<u>3.997</u>	<u>3.997</u>	<u>5.643</u>	<u>5.333</u>
Total	<u>14.956</u>	<u>14.215</u>	<u>103.294</u>	<u>119.520</u>

6. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis concluídos – incorporação	2.394	2.394	6.414	4.839
Terrenos para novas obras	-	-	1.391	1.391
Encargos financeiros	-	-	150	150
Total	<u>2.394</u>	<u>2.394</u>	<u>7.955</u>	<u>6.380</u>
Circulante	1.574	1.574	7.135	5.560
Não circulante	820	820	820	820

7. IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Trata-se basicamente de propriedades que estão em processo de transição das escrituras para os eventuais compradores, atreladas aos adiantamentos recebidos (vide nota explicativa nº 15). Referem-se a algumas áreas rurais somando 8.002 hectares das matrículas 512, 514 e 517.

8. ATIVO BIOLÓGICO

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos biológicos consumíveis (*)	<u>1.030</u>	<u>370</u>
Total	<u>1.030</u>	<u>370</u>

(*) Compreende ativos biológicos consumíveis, relacionados a cultura de soja e milho.

Com base no pronunciamento técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo. A Companhia determinou que o *cost approach* é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo de seus ativos biológicos, conforme previsto pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, principalmente por conta do curto período de vida da plantação em 31 de dezembro de 2020.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos relativos às operações com partes relacionadas referem-se a empréstimos a título de mútuo entre as empresas do Grupo e estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante:				
Morocó Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	2.282	25.647	-	-
Gagigu Empreendimentos e comércio Ltda.	10	10	10	10
GP Forte Empreendimentos Imobiliários Ltda.	29	30	-	-
The Flat Linha Verde Empreendimento Imobiliário Ltda.	-	-	-	177
The Flat Macaé Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	-	-	18.160	16.586
Tango Participações S.A.	960	960	960	960
FPR Agrícola	150	47.318	-	-
Mutúo - Natura Itu	429	-	429	-
Altos da Gloria Empreendimentos Imobiliários Ltda.	47.318	-	-	-
Inter Sinco 28 de Março Empreendimentos Imobiliários Ltda.	564	564	579	578
	<u>51.742</u>	<u>74.529</u>	<u>20.138</u>	<u>18.311</u>
Passivo circulante:				
Fazendas Paulistas Reunidas LTDA	50.556	11	-	-
GP Forte Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	15.835	136	135
	<u>50.556</u>	<u>15.846</u>	<u>136</u>	<u>135</u>

As operações de mútuo mantidas com partes relacionadas, não possuem vencimento predeterminado e não estão sujeitas a encargos financeiros.

Remuneração da administração:

Em 2020 os administradores da Companhia foram remunerados em um montante global de R\$709 (R\$706 em 2019) a título de remuneração e benefícios em geral.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em controladas	81.813	24.676	-	-
Em controladas em conjunto	1	12.443	13.872	12.443
	<u>81.814</u>	<u>37.119</u>	<u>13.872</u>	<u>12.443</u>
Passivo a descoberto em controladas	<u>9.226</u>	<u>13.629</u>	<u>12.195</u>	<u>4.354</u>

A seguir demonstramos as informações dos investimentos:

Morocó Participações e Comércio S.A.

Empreendimentos	Critério de consolidação	Participação direta %	AFAC	Patrimônio Líquido	Resultado Exercício	Resultado de Equivalência Patrimonial				Investimento			
						Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
						31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Moroco Desenvolvimento Imobiliário	Integral	100,00%	-	(9.226)	4.401	4.401	(7.702)	-	-	(9.226)	(13.625)	-	-
Fazendas Paulista Reunidas	Integral	100,00%	-	81.810	47.755	47.755	(1.911)	-	-	81.810	37.117	-	-
Alexander Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireta	100,00%	-	6.753	(545)	-	-	-	-	1	(1)	1	-
Nathalie Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireta	100,00%	-	10.251	1.025	-	-	-	-	1	1	1	-
Altos da Glória Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda Indireta	100,00%	-	-	(32.377)	6.077	-	-	-	-	1	1	1	-
Morada do Sol Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Indireta	100,00%	-	-	494	-	-	-	-	-	1	1	1	-
Morocó Avenida Brasil Empreendimentos Imobiliários S Indireta	100,00%	23	-	478	173	-	-	-	-	-	(3)	-	-
Christian Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Indireta	100,00%	-	1.569	(25)	-	-	-	-	-	-	-	-
Morocó Coronel Cardoso Empreendimentos Imobiliário: Indireta	100,00%	-	-	656	-	-	-	-	-	-	-	-	-
The Flat Macaé Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda Indireta	71,82%	-	-	(16.955)	(25)	-	-	(18)	(7.112)	-	-	(12.195)	(4.354)
The Flat Linha Verde Empreendimentos Imobiliários Ltd Indireta	70,00%	506	-	2.898	-	-	-	-	(624)	-	-	2.383	1.581
Inter Sinco Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários Indireta	25,81%	9.301	-	27.140	(1.073)	-	-	(277)	(769)	-	-	9.128	8.682
Intersinco 28 de Março Empreendimentos Imobiliários Indireta	10,00%	6.214	-	23.936	(6.583)	-	-	(658)	(659)	-	-	2.357	2.180
AFAC			16.044										
Equivalência Patrimonial						52.157	(9.613)	(954)	(9.163)				
Investimentos				97.427						81.814	37.119	13.872	12.443
Passivo Descoberto										9.226	13.629	12.195	4.354

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em andamento (b)	34.530	34.530	34.530	34.530
Terrenos	3.203	3.203	3.203	3.203
Áreas de fazendas (a)	301	301	36.249	36.080
Total	38.034	38.034	73.982	73.813

(a) Áreas rurais (terrenos), arrendados para terceiros.

(b) Imóveis corporativos que estão sendo construídos, para futura locação a terceiros.

A movimentação das propriedades para investimento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	38.034	37.811	73.813	73.571
Adições	-	223	169	242
Baixas	-	-	-	-
Saldo final	38.034	38.034	73.982	73.813

Avaliação a valor justo

A Companhia optou pelo registro da propriedade para investimentos a valor de custo, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 28.

Para fins de divulgação, foi contratada uma empresa especializada independente que avaliou o valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 2.748.013 (R\$ 2.001.825 em 2019).

A avaliação dos terrenos foi efetuada com base no "método comparativo de dados do mercado", através de pesquisa de terrenos a venda ou efetivamente transacionados no livre mercado imobiliário da região em que ele está alocado. O laudo de avaliação foi efetuado com base nas normas estabelecidas na NBR 14653-1 "Avaliação de Bens".

AVALIAÇÃO DO ACERVO DE IMÓVEIS

A Companhia possui em seu Ativo relevante acervo imobiliário, distribuído por Estoques de Imóveis, Propriedade para Investimento e Imobilizado.

A maioria desses ativos de propriedade da Controladora, bem como de sua controlada Fazendas Paulistas Reunidas, foram adquiridos há muitos anos e nunca sofreram qualquer reavaliação.

Estão, portanto, registrados na contabilidade por valores significativamente subavaliados.

Para fins apenas de informação e divulgação foi contratada uma empresa especializada independente (TRUST Consultoria e Engenharia de Avaliações), com a finalidade de determinar o valor justo do Acervo Imobiliário do Grupo em 31/12/2020.

A avaliação dos ativos foi efetuada com base no "método comparativo de dados do mercado", através de pesquisa de similares à venda ou efetivamente transacionados no livre mercado imobiliário da região em que estão alocados.

Os laudos técnicos foram emitidos em absoluta observância às Normas de Avaliação da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, normas NBR 14.653-2/04 e NBR 14.653-3/04, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da ASA – American Society of Appraisers, organismos que regulamentam e fixam as diretrizes para avaliação de bens, de seus rendimentos e direitos.

Os valores apurados em comparação aos saldos contábeis em 31/12/2020 são resumidos no quadro abaixo:

FAZENDAS

Valores em R\$ mil	Estoque de imóveis	Propriedade para investimento	Imobilizado	Total
Saldo contábil	1.578	35.948	2.834	40.360
Valor justo avaliado	-	2.467.987	-	2.467.987
Acréscimo ao Patrimônio Líquido	-	2.432.039	-	2.427.627

Morocó Participações e Comércio S.A.

Valores em R\$ mil	Estoque de imóveis	Propriedade para investimento	Imobilizado	Total
Saldo contábil	820	38.034	1.401	37.453
Valor justo avaliado	127.928	152.097	-	280.025
Acréscimo ao Patrimônio Líquido	127.108	114.063	-	242.572

Consolidado

Valores em R\$ mil	Estoque de imóveis	Propriedade para investimento	Imobilizado	Total
Saldo contábil	2.398	73.982	4.235	80.615
Valor justo avaliado	127.928	2.620.084	-	2.748.013
Acréscimo ao Patrimônio Líquido	125.530	2.546.102	-	2.667.398

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo:				
Móveis e utensílios	235	234	399	399
Máquinas e equipamentos	2	2	7.180	5.969
Computadores e periféricos	329	316	384	357
Ferramentas	-	-	19	19
Instalações	1.916	1.897	2.006	1.987
Veículos	126	125	896	895
Áreas para produção (a)	-	-	-	138
Total do imobilizado	<u>2.608</u>	<u>2.574</u>	<u>10.885</u>	<u>9.764</u>
(-) Depreciação acumulada	<u>(1.207)</u>	<u>(1.124)</u>	<u>(6.650)</u>	<u>(6.386)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>1.401</u>	<u>1.450</u>	<u>4.235</u>	<u>3.378</u>

(a) Terrenos utilizados para o cultivo de soja e milho na controlada, FRP Agrícola Ltda.

As seguintes taxas anuais são utilizadas para cálculo de depreciação:

Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Ferramentas	10%
Instalações	10%
Veículos	20%

A movimentação do ativo imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	1.450	1.626	3.378	4.519
Adições	34	11	1.257	15
Baixas	-	-	(138)	(255)
Depreciações	<u>(83)</u>	<u>(187)</u>	<u>(263)</u>	<u>(901)</u>
Saldo final	<u>1.401</u>	<u>1.450</u>	<u>4.235</u>	<u>3.378</u>

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	367	317	6.191	5.012
Total de fornecedores	<u>367</u>	<u>317</u>	<u>6.191</u>	<u>5.012</u>
Aging				
A vencer	<u>367</u>	<u>317</u>	<u>6.191</u>	<u>5.012</u>
Total	<u>367</u>	<u>317</u>	<u>6.191</u>	<u>5.012</u>

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento dos contratos	Taxa anual de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco S.A – Capital de Giro USD (ii)	31/12/2018	3,5% + CDI	-	149	-	1.717
Banco Bradesco - crédito BNDES – FPR (i)	20/02/2020	3,00% + TR	-	-	-	78
Caixa Econômica Federal	31/05/2013	18,71 + TR	-	-	2.832	1.747
Banco John Deere - crédito BNDES – FPR (i)	15/05/2020	3,00% + TR	-	-	-	219
Banco Volkswagen - crédito BNDES – FPR (i)	15/04/2019	6,00% + TR	-	-	2	3
Banco Credit Suisse	04/07/2013	14,00 +TR	-	10.416	-	10.416
Debêntures (iii)			74.122	93.203	74.122	93.203
Totais empréstimos e financiamentos			74.122	103.768	76.956	107.383
Circulante			51.751	9.459	52.983	11.178
Não circulante			22.371	94.309	23.973	96.208

(i) Referem-se a créditos na modalidade do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES/Finame, atrelados ao desenvolvimento do agronegócio. A garantia são os próprios maquinários financiados.

(ii) Referem-se a créditos na modalidade de capital de giro em moeda Dólar (USD).

(iii) Debêntures, conforme descrito abaixo:

As principais características são:

Emissão	Qtde.	Captção	Pagamento principal	Pagamento de juros	Vencimento de principal	Taxa contratual	Valor captado
1ª Emissão – Banco Bradesco S.A.	60.000	dez/17	Anual	Trimestral	09/2018 a 09/2022	CDI	60.000
2ª Emissão – Credit Suisse	10.246	jun/18	Mensal	Mensal	09/2018 a 09/2033	CDI	10.246
3ª Emissão – Banco Bradesco S.A.	61.900	dez/18	Anual	Trimestral	09/2020 a 2026 12/2023	CDI	61.900

1ª Emissão de Debêntures – Bradesco S/A – R\$ 60.000.000,00

A 1ª (primeira) emissão de Debêntures simples, trata-se de um instrumento particular de escritura, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da CVM Nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e demais disposições legais e regulamentares. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 14 de novembro de 2017.

O valor total da 1ª Emissão foi de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões reais) e o banco liquidante e escriturador das Debêntures foi o Banco Bradesco S/A. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados para repagamento integral da Cédula de Crédito Bancário nº 237/03391/1803 emitida pelo Bradesco e das obrigações assumidas no Instrumento Particular para Concessão de Garantia nº 01171405719, operação de empréstimo em moeda estrangeira, tendo a emissora como devedor, o Banco Bradesco Europa S/A. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 30 de setembro de 2018 e pagamento de juros trimestrais. incidirão juros remuneratórios correspondentes a 149,30% (cento e quarenta e nove inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia.

2ª Emissão de Debêntures – Credit Suisse S/A – R\$ 10.246.100,00

A 2ª (segunda) emissão de Debêntures simples, trata-se de um instrumento particular de escritura, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, em série única, para colocação privada, realizada nos termos do artigo 3º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, alterada (Lei nº 9.514/97) e demais disposições legais e regulamentares. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 13 de junho de 2018.

O valor total da 2ª Emissão foi de R\$ 10.246.100,00 (dez milhões, duzentos e quarenta e seis mil e cem reais) e o banco liquidante e escriturador das Debêntures foi o Banco Credit Suisse S/A. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados aos empreendimentos alvo e ao percentual dos recursos a serem destinados a cada um dos Empreendimentos Alvo. As Debêntures terão prazo de vigência de 5.509 (cinco mil quinhentos e nove) dias contados da Data de emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de julho de 2033. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação positiva do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente e será amortizado mensalmente em 180 (cento e oitenta) parcelas, sendo a primeira parcela devida em 10 de setembro de 2018.

3ª Emissão de Debêntures – Bradesco S/A – R\$ 61.900.000,00

A 3ª (terceira) emissão de Debêntures simples, trata-se de um instrumento particular de escritura, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da CVM Nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e demais disposições legais e regulamentares. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 09 de novembro de 2018.

O valor total da 3ª Emissão foi de R\$ 61.900.000,00 (sessenta e um milhões e novecentos mil reais) e o banco liquidante e escriturador das Debêntures foi o Banco Bradesco S/A. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram utilizados para o refinanciamento de dívidas estruturadas na modalidade "plano empresário", captadas junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 6 (seis) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 09 de novembro de 2020 e pagamento de juros trimestrais. incidirão juros remuneratórios correspondentes a 149,30% (cento e quarenta e nove inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia.

Os empréstimos de capital de giro e os financiamentos à produção não apresentam cláusulas restritivas (covenants).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	107.383	133.714
Captações	1.085	-
Pagamento de principal e juros	(31.512)	(26.328)
Saldo final	<u>76.956</u>	<u>107.383</u>

15. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Perez Assessoria	2.375	2.375
Total	<u>2.375</u>	<u>2.375</u>
Circulante	-	-
Não circulante	2.375	2.375

Refere-se a compra de área de Terras 3.252,4655 hectares denominada "Pacoval – D", localizada no Município de Santa Rita do Trivelato, no estado do Mato Grosso

A Sociedade mantém processo judicial para a regularização do direito de propriedade dos imóveis adquiridos. Há reclamação de posse, e a quantia de R\$ 2.375 somente será devida em caso de obtenção de resultado favorável, após a comunicação e comprovação do trânsito em julgado de decisão judicial que reconheça a Sociedade o direito pleno sobre o imóvel, afastando qualquer discussão reivindicatória ou possessória sobre o bem.

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento de compras de imóveis (*)	-	-	27.418	27.418
Adiantamento de clientes diversos	90	90	716	630
	<u>90</u>	<u>90</u>	<u>28.134</u>	<u>28.048</u>
Circulante	90	90	716	630
Não circulante	-	-	27.418	27.418

(*) Refere-se a adiantamentos recebidos relacionados a venda de imóveis localizados no Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia aguarda a finalização do procedimento de georreferenciamento das áreas vendidas para efetivar a transferência das propriedades para os compradores.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos a identificar	-	730	-	1.044
Provisão para garantia	-	-	55	55
Retenção contratual	-	-	513	512
Contas a pagar - Turiga	1.622	1.622	1.622	1.622
Distratos a pagar	-	-	-	29
Distratos a pagar – Altos da Glória	-	-	4.814	4.817
Outras contas a pagar	<u>1.056</u>	<u>-</u>	<u>2.644</u>	<u>987</u>
Total de outras contas a pagar	<u>2.678</u>	<u>2.352</u>	<u>9.648</u>	<u>9.066</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências, incluindo processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A movimentação na provisão está demonstrada na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
No início do exercício	8.545	13.319	61.077	47.897
Reversão de provisão	(4.589)	(4.774)	-	-
Constituição de provisão	-	-	5.150	13.179
No fim do exercício	<u>3.956</u>	<u>8.545</u>	<u>66.227</u>	<u>61.077</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, para os quais a administração, como corroborado pelos seus consultores jurídicos, considera como risco de perda possível, no montante de R\$125.683 (R\$ 86.163 em 31 de dezembro de 2019).

Para os processos em andamento a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 399 e R\$ 2.125 na controladora e consolidado respectivamente.

19. IMPOSTOS DE RECOLHIMENTO DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
IRPJ e CSLL	148	148	1.894	2.286
PIS e COFINS	175	175	2.241	2.710
Total	<u>323</u>	<u>323</u>	<u>4.135</u>	<u>4.998</u>
Circulante	13	13	1.904	2.766
Não circulante	310	310	2.229	2.232

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Patrimônio Líquido a Valor Justo

Abaixo apresentamos o patrimônio líquido a valor justo, considerando a avaliação de propriedades para investimentos:

	<u>Total</u>	<u>Ajuste a valor justo</u>	<u>Saldo</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018	<u>46.282</u>	<u>1.435.995</u>	<u>1.482.277</u>
Distribuição de lucros	(2.693)	-	(2.693)
Prejuízo do exercício	(20.832)	-	(20.832)
Atualização do valor justo	-	487.087	487.087
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2019	<u>22.757</u>	<u>1.923.082</u>	<u>1.945.839</u>
Distribuição de lucros	(16.705)	-	(16.705)
Lucro do exercício	44.558	-	44.558
Atualização do valor justo	-	742.743	742.743
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020	<u>50.610</u>	<u>2.665.825</u>	<u>2.716.435</u>

20.2 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, totalmente integralizado está representado por 20.174.171 quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, distribuídas como segue:

A composição dos sócios em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

<u>Quotista</u>	<u>Número de Ações</u>
Tango Participações e Comércio Ltda.	20.174.170
Gustavo Alberto Almonacid	<u>1</u>
	<u>20.174.171</u>

20.3 Distribuição de dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício.

Em 2020, foi aprovada pela administração da Companhia a distribuição de dividendos no montante de R\$ 16.705 (R\$ 2.693 em 2019), correspondente aos lucros de exercícios anteriores e do exercício atual.

21. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta de incorporação e venda de imóveis	7.347	6.758	15.724	51.313
Arrendamento de terras e aluguéis	-	-	47.931	29.759
Venda de produtos agrícolas e terras	-	-	6.607	-
Cancelamentos e devoluções	-	-	(705)	-
Impostos sobre a receita	<u>(240)</u>	<u>(454)</u>	<u>(2.702)</u>	<u>(2.358)</u>
Total da receita líquida	<u>7.107</u>	<u>6.304</u>	<u>66.855</u>	<u>78.713</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos:				
Custos com plantio	-	-	(3.993)	(3.677)
Custos dos imóveis vendidos	(175)	(57)	(5.059)	(34.394)
Total	(175)	(57)	(9.052)	(38.071)
Despesas gerais e administrativas:				
Serviços de terceiros	(2.008)	(664)	(641)	(1.120)
Despesas com salários e encargos	(3.248)	(2.552)	(4.648)	(3.499)
Aluguéis e condomínios	(1.161)	(358)	(92)	(2.254)
Depreciações e amortizações	(123)	(276)	(885)	(990)
Provisão para riscos	4.588	4.774	(4.673)	(13.179)
Outras despesas administrativas	(5.606)	(3.985)	(10.699)	(7.584)
Total	(7.558)	(3.061)	(21.638)	(28.626)
Despesas comerciais:				
Comissões sobre vendas	(127)	(9)	(1.474)	(815)
Estande de vendas	(3)	(7)	(11)	(122)
Publicidade e propaganda	(41)	(67)	(677)	(1.403)
Promoção de vendas	(15)	(16)	(94)	(549)
Total	(186)	(99)	(2.256)	(2.889)
Despesas tributárias:				
Impostos e contribuições	(465)	(769)	(1.188)	(1.629)
Taxas e emolumentos	(9)	(124)	(362)	(435)
Total	(474)	(893)	(1.550)	(2.064)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	64	64	174	329
Juros ativos sobre contas a receber	-	130	578	140
Outras receitas financeiras	42	58	-	330
Varição monetária ativa	-	-	10.365	264
Total	106	227	11.117	1.062
Despesas financeiras:				
Juros e variações cambiais passivas	(6.572)	(9.928)	(6.767)	(12.074)
Descontos concedidos	(529)	(5)	(3.742)	(1.076)
Despesas bancárias	(41)	(54)	(154)	(181)
Outras despesas financeiras	(44)	(86)	(111)	(149)
Total	(7.186)	(10.073)	(10.504)	(13.479)
Resultado financeiro líquido	(7.080)	(9.846)	613	(12.417)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados tomando-se por base as receitas apropriadas ao resultado do exercício que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento é efetuado à medida que os respectivos recebimentos ocorrem, em conformidade com o estabelecido

Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social estão conciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas (a)	7.347	6.758	69.853	81.072
Rendimentos sobre aplicações financeiras (b)	64	39	174	329
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social (32% (a) + 100% (b))	2.415	2.202	22.527	26.272
Total do imposto de renda (15%)	(362)	(330)	(3.379)	(3.941)
Total da contribuição social (9%)	(217)	(198)	(2.027)	(2.364)
Total do adicional de imposto de renda (10%)	(241)	(196)	(2.253)	(2.604)
Efeito de controladas tributadas no RET			2.234	4.850
Outros efeitos	(92)	105	(92)	105
Imposto de renda e Contribuição social Corrente	(912)	(620)	(5.517)	(3.954)
Diferido	-	175	393	528

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar a continuação de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Categorias dos principais instrumentos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
<u>Empréstimos e recebíveis:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	3.131	1.048	10.387	4.499
Contas a receber de clientes	10.959	10.218	95.446	114.187
Contas a receber com partes relacionadas	51.742	74.529	20.138	18.311
Passivos financeiros				
<u>Custo amortizado:</u>				
Fornecedores	367	317	6.191	5.012
Empréstimos e financiamentos	74.122	103.768	76.954	107.386
Obrigações por compra de imóveis	-	-	2.375	2.375
Contas a pagar com partes relacionadas	50.556	15.846	156	135

b) Valor justo dos instrumentos financeiros:

Em decorrência de os principais instrumentos financeiros estarem indexados a taxas de juros em mercados pós-fixados, a Administração da Companhia entende que os valores se aproximam dos valores justos nas datas dos balanços.

c) Risco de mercado

i. Risco cambial

Existência de empréstimo de capital de giro em dólar. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não efetuam vendas indexadas em moeda estrangeira.

ii. Risco de taxa de juros

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários e, com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

d) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem ao Grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas efetuam a contratação de dívida com instituições financeiras, objetivando atender às necessidades de recursos para a ampliação dos negócios. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

e) Gestão do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, captando recursos bancários

ou de seu acionista, sem causar perdas nem prejudicar as operações da Companhia.

26. SEGUROS

O Grupo possui seguros de risco de engenharia, garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás.

A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro para todos os ativos financiados através do programa Finame do BNDES.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras; dessa forma, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

- a) Risco de engenharia e responsabilidade civil, o produto garante o pagamento de indenizações por prejuízos materiais decorrentes de acidentes e imprevistos ocorridos durante a fase de execução da obra. Com a proposta de proteger o segurado por danos causados a terceiros e que decorram de suas atividades pelos serviços prestados em locais de terceiros, o seguro prevê o pagamento dos prejuízos, até o limite de indenização da cobertura contratada, e pela quantia a qual o segurado vier a ser responsável civilmente ou em acordo autorizado pela seguradora, relativo à reparação pelos danos causados a terceiros.
- b) Garantia de término de obra, tem por finalidade garantir ao Segurado a retomada da obra sinistrada e a contratação de um Construtor Substituto, para que este conclua as obras de empreendimento habitacional financiado ou a ser arrendado, de acordo com o "contrato Principal" firmado entre o Segurado, o Tomador e mutuários, quando houver.
- c) Manutenção corretiva, este seguro garante a indenização pelos prejuízos decorrentes da inexecução, dentro do prazo acordado, das ações corretivas apontadas pelo segurado ao tomador e necessárias para a correção da disfunção ocorrida por responsabilidade exclusiva do tomador. Esta cobertura cobre danos oriundos da execução da obra e defeitos dos materiais incorporados em caráter permanente conforme descrito no memorial descritivo do imóvel, documento integrante do contrato de compra e venda do imóvel (esquadrias, portas, janelas, pisos, revestimentos cerâmicos, instalações elétricas e hidráulicas, fissuras e trincas em alvenarias não estrutural, que cause danos na edificação após a entrega do imóvel ao mutuário com certificado de aceite ou colocação em uso pelo mutuário.